

O desmonte como política de Estado no governo Milei: o caso dos meios públicos em Córdoba, Argentina

El desmantelamiento como política de Estado en el gobierno de Milei: el caso de los medios públicos en Córdoba, Argentina

Dismantling as a state policy in Milei's government: the case of the public media in Cordoba, Argentina

Carine Prevedello

Jornalista, doutora em Comunicação, professora adjunta da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: carine.prevedello@eco.ufrj.br.

Valeria Meirovich

Licenciada en Comunicación Social. Magíster en Comunicación y Cultura Contemporánea. Profesora Adjunta de la Lic. en Trabajo Social. Profesora Adjunta (a cargo, por carga anexa) en las Lic. en Sociología y Ciencia Política. E-mail: valeria.meirovich@unc.edu.ar.

Submetido em: 30 abr. 2025

Aprovado em: 17 ago. 2025



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Resumo

Segundo maior centro urbano da Argentina, Córdoba caracterizou-se historicamente pela atuação da Rádio Nacional e de uma rede de canais de radiodifusão públicos ligados à Universidade Nacional (UNC). As tentativas de fortalecimento dos veículos de Comunicação Pública, a partir da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, após serem desmontadas, hoje enfrentam um revés ainda maior com a política implementada pelo presidente Javier Milei. Este artigo discute as políticas para a Comunicação na Argentina e a situação da Rádio Nacional de Córdoba e do canal 10, TV da UNC, ambos meios históricos e em desestruturação no atual contexto.

Palavras-chave: Comunicação Pública; Canais de radiodifusão; Argentina; Governo Javier Milei; Políticas de Comunicação.

Resumen

Córdoba, segundo mayor centro urbano de Argentina, se ha caracterizado históricamente por la presencia de Radio Nacional y de una red de medios de radiodifusión vinculados a la Universidad Nacional de Córdoba (UNC). Estos medios, tras los intentos de fortalecimiento impulsados por la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual, enfrentan un fuerte retroceso con la política implementada por el presidente Javier Milei. Este artículo discute las políticas de comunicación en Argentina y la situación actual de Radio Nacional de Córdoba y del Canal 10, la televisión de la UNC, medios históricos que se encuentran en desestructuración en el actual contexto.

Palabras-clave: Comunicación pública; Medios de radiodifusión; Argentina; Gobierno de Javier Milei; Políticas de comunicación.

Abstract

Córdoba, Argentina's second largest urban center, has historically been characterized by the presence of Radio Nacional and a network of public broadcasting media linked to the National University of Córdoba (UNC). These media, after the attempts to strengthen promoted by the Audiovisual Communication Services Law, have been dismantled and face a strong setback with the policy implemented by President Javier Milei. This article discusses communication policies in Argentina and reports on the situation of Radio Nacional de Córdoba and Canal 10, the UNC television, both historical media outlets that are undergoing a process of deconstruction in the current context.

Keywords: Public media channels; Broadcasting; Argentina; Government of Javier Milei; Communication polices.

Introdução

Ao contrário do que ocorreu no Brasil, a trajetória dos canais de radiodifusão na Argentina tem um marco inicial essencialmente ligado à concepção dos veículos de Comunicação como patrimônio de interesse público e cultural. Embora futuramente tenha se consolidado em torno do uso comercial, também a exemplo do que aconteceu na televisão brasileira, a primeira TV na Argentina foi um canal público. Juan Domingo Perón, presidente durante três mandatos e fundador do peronismo, inaugurou o Canal 7, televisão pública argentina, em 1951. Os primeiros equipamentos televisores para viabilizar a transmissão foram trazidos dos Estados Unidos e instalados em vitrines de lojas e avenidas centrais de Buenos Aires, em um movimento também análogo ao feito por Assis Chateaubriand em São Paulo, em 1950.

Na Argentina, ocorreu em 17 de outubro de 1951, praticamente um ano depois do início das transmissões no Brasil, em setembro de 1950. O ato do Dia da Lealdade¹, data significativa para o peronismo, foi a temática desta primeira transmissão argentina. De acordo com o jornalista Luis Zanetti (2024), “a TV pública nasceu como uma decisão estratégica do governo Perón para investir na comunicação de massas e se arriscar, no sentido de tomar a decisão e antecipar.” Entretanto, o setor acabou por desenvolver-se com o predomínio da propriedade e gestão privadas, conforme explicam Becerra e Mastrini (2011):

Na Argentina, a radiodifusão se consolidou durante o século XX, ligada ao protagonismo do setor privado (embora a televisão tenha sido incorporada inicialmente por iniciativa estatal, sua maturidade foi atingida com a gestão privada do meio) e adotou um modelo comercial, competitivo, baseado na publicidade para sua sustentação econômica. Tanto o rádio quanto a televisão mostraram uma forte tendência a centralizar seus conteúdos nos grandes centros urbanos, fundamentalmente na cidade de Buenos Aires. (...) A plataforma principal por meio da qual os argentinos se informam é a televisão, fundamentalmente nos canais de notícias. A maioria dos domicílios deve pagar para receber uma oferta variada de televisão. Somente em sete cidades (além da capital, Buenos Aires, onde há cinco canais) existe mais de um canal de televisão de recepção terrestre. Em outras 14 províncias, só há uma oferta televisiva por ar e em várias zonas 3 4 (como a província de Catamarca) o único modo de acesso televisivo é por meio de pagamento, já que nem sequer o canal do Estado chega gratuitamente a todo o território argentino. Por isso, a recepção terrestre de televisão é limitada e está concentrada nos grandes centros urbanos. No resto do país, o acesso televisivo é garantido pela oferta de televisão a cabo, junto com o resto dos sinais, já que, na Argentina, mais de 70% dos domicílios possuem acesso à televisão a cabo (Becerra e Mastrini, 2011, ps.2-3).

A concentração da produção na capital argentina, cidade de Buenos Aires, segue a lógica favorável às empresas privadas, com pouco interesse na diversificação e representatividade associada a conteúdos locais e regionais. Em Córdoba, capital da segunda maior província da Argentina, com cerca de 1,5 milhão de habitantes², está

¹ O Dia da Lealdade na Argentina, 17 de outubro de 1945, marca a mobilização de operários, que lotaram a Praça de Maio em uma manifestação para que Juan Domingo Perón, preso à época, fosse solto. A revolta consegue liberar Perón e marca o dia de nascimento do movimento peronista. Em 1947, ele seria eleito para o primeiro mandato como presidente da Argentina.

² A província de Córdoba reúne cerca de 3,3 milhão de habitantes. É a segunda maior das 23 províncias argentinas, muito próxima à terceira, Santa Fé, que tem cerca de 3,1 milhão de pessoas. Ambas ficam na região Central. A província de Buenos Aires, cuja capital é La Plata, acumula mais de 15 milhões de

sediada a mais antiga universidade pública do país, sendo a quarta fundada na América Latina, em 1613: a Universidade Nacional de Córdoba (UNC), com mais de 400 anos, liderou uma ampla reforma universitária, no início do século XX, com influência em toda a América Latina. Com tendências progressistas, a UNC também foi protagonista do Cordobazo, um movimento de resistência à ditadura militar argentina, no ano de 1969.

Ainda que no setor televisivo o desenvolvimento dos meios de comunicação tenha seguido outro caminho, a Rádio Nacional tornou-se um patrimônio da Comunicação Pública, e a província de Córdoba o principal polo de rádios comunitárias da Argentina (Meirovich, Morales e Doyle, 2022). A tradição da História da província, da UNC e dos veículos de comunicação populares motivou a investigação que dá origem ao presente estudo, direcionado especificamente ao impacto das novas políticas do presidente Javier Milei para a radiodifusão.

As noções de Comunicação Pública (Blumler, 1992) e de democratização da Comunicação são centrais para a ampliação da circulação e diversificação de fontes, versões e garantia dos princípios da representatividade e contraponto à visão comercial. É importante, ainda que se reconheçam as implicações da sobreposição entre interesses corporativos, políticos e a noção de interesse público aliada ao direito à informação (Gentili, 2005), compreender a Comunicação Pública como área de atuação complexa o suficiente para abarcar as ações relacionadas às instituições estatais e à sociedade civil.

Este artigo é resultado de um período de pesquisa exploratória de curta duração, realizada presencialmente na cidade de Córdoba, na Argentina, dirigida aos canais públicos de radiodifusão locais, consolidados ao longo dos últimos 60 anos. Como parte do plano de estudos, no mês de dezembro de 2024, foram realizadas entrevistas com o jornalista Luis Zanetti, ex-diretor da Rádio Nacional de Córdoba, com a jornalista e professora María Ana Mandakovic, secretária geral do Sindicato de Trabalhadores da Imprensa de Córdoba, com o professor Juan Martín Zanotti, docente e pesquisador da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Córdoba (UNC), e com o deputado federal Pablo Carro, presidente da Comissão de Comunicação e Informática do Congresso Nacional da Argentina e também docente da UNC, na Faculdade de Ciências da Comunicação.

Da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual às intervenções de Milei

O avanço da lógica liberal na economia e nos regimes de governo, com reflexos para os canais públicos de Comunicação, reforça o conflito já característico do desenvolvimento e estruturação das redes de rádio e televisão na América Latina, de modo geral (Becerra e Mastrini, 2011; Mattos, 2010), ao mesmo tempo em que explica o recuo na consolidação da Lei de Meios argentina, o enfraquecimento recente das emissoras europeias e o desmantelamento dos canais públicos nas gestões de Temer e Bolsonaro, no caso brasileiro. As estruturas de Comunicação Pública na Europa, desde o período de migração tecnológica do espectro analógico para a transmissão digital, enfrentaram resistência no debate social, com embates incisivos registrados na Espanha, Grécia, Portugal e França (Bolaño e Brittos, 2007).

Na Argentina, cabe destacar, para além da visibilidade da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (LSCA), ou Lei de Meios, o desenvolvimento de políticas complementares centrais para a recuperação do sistema público. Ainda no governo Nestor Kirchner, a implementação da Televisão Digital Terrestre (TDT) liderada pelo Estado em seu plano de Televisão Digital Aberta (TDA), impactou as políticas de fomento, programação e canais públicos universitários e envolveu a instalação de capacidades técnicas, antenas e distribuição de equipamentos de

habitantes.

recepção. Entretanto, desde o início, Kirchner enfrentou a desestruturação do Sistema Nacional de Meios Públicos (SNMP), que, por iniciativa de Fernando de la Rúa, havia dissolvido as instâncias colegiadas de gestão dos canais.

El gobierno de Néstor Kirchner recibió un SNMP intervenido por desmanejos económicos. A través del Decreto 624/03 pasó a ser controlado por la Secretaría de Medios de la Jefatura de Gabinete. (...) En Radio Nacional, Adelina Moncalvillo fue nombrada directora pero a los meses fue reemplazada por Eduardo García Caffi. Más allá de estos cambios, el desorden institucional y la falta de controles económicos y artísticos llevó al SNMP a tercerizar producciones de contenidos y sostener bajos niveles de audiencia. (Espada, 2016, p.103)

Após uma sucessão de governos “que privatizaram os meios audiovisuais, aceleraram a estrangeirização do setor e habilitaram o funcionamento de sociedades anônimas como licenciadas de rádio e televisão” (Becerra e Mastrini, 2011), as gestões de Nestor e de Cristina Fernández (2007-2015) foram marcadas por ações deliberadamente dirigidas à democratização dos veículos de Comunicação. A mais importante foi a criação, em 2009, da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, que, entre outros objetivos, ofereceu a possibilidade de financiamento e fortalecimento aos canais de radiodifusão ligados às universidades, para que produzissem conteúdos informativos locais, descentralizando a produção tradicionalmente distribuída a partir de Buenos Aires. Para isso foi criada a Rede Nacional de Audiovisual Universitário (RENAU). Essas definições vincularam-se à compreensão dos serviços de comunicação audiovisual como de interesse público, ou seja, serviços cujo objetivo principal seria promover a diversidade e a universalidade no acesso à participação (Artigo 2º, LSCA). A promoção da diversidade, pluralidade e inclusão também está relacionada à distribuição do espectro eletromagnético, que assegurou espaços iguais a todos os setores participantes do sistema de meios de comunicação: setor público, meios comerciais e setor sem finalidade lucrativa.

A tentativa de quebra dos monopólios das redes de comunicação, atingindo especialmente o grupo Clarín - maior conglomerado privado de veículos de comunicação do país, hoje dominando até mesmo a rede de provedores de internet -, foi outra consequência da Lei, que tentou fortalecer o Canal 7, televisão pública argentina, com a disputa, entre outras transmissões, dos direitos sobre os jogos de futebol da seleção argentina. A regulamentação dos canais populares e comunitários, anteriormente não reconhecidos pelos marcos legais, foi considerado um avanço importante da LSCA. Até 2009, ano de implementação da Lei, apenas canais privados estavam autorizados a explorar a radiodifusão na Argentina, estando a regulamentação do setor submetida a um decreto do período de ditadura militar, do ano de 1980.

Havia situações que foram até a Suprema Corte de Justiça na década de 2000, que, em última instância, habilitava e reconhecia. Mas as emissoras públicas e comunitárias estavam na clandestinidade, ou seja, estavam fora da lei aquelas que não tinham finalidade comercial. Então destacamos que a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual não teve apenas um valor simbólico, teve efeitos, como o de habilitar a legitimidade dos meios públicos e não lucrativos. Sobre o setor privado, houve a ambição, a vontade de desconcentrar (Zanotti, 2024, entrevista aos autores).³

³ A partir de uma causa iniciada pela Associação “Carlos Mugica”, a Suprema Corte determina a inconstitucionalidade do Artigo 45 da Lei de Radiodifusão, por excluir pessoas jurídicas não comerciais do acesso às licenças de radiodifusão. A Associação opera a rádio comunitária “La Ranchada”, na cidade de Córdoba.

Zanotti (2024) lembra ainda que as discussões públicas e parlamentares nas diferentes etapas de implementação da LSCA constituíram um processo político que movimentou a esfera pública na Argentina, em torno da discussão sobre a concentração de propriedade na mídia, até então vedada em diversos setores da sociedade. “Mas assim que foi lançada, a Lei foi judicializada pelos grupos proprietários. Não a Lei inteira, mas os quatro artigos que tinham a ver com a concentração de licenças para operar mídia foram suspensos nos anos seguintes, pelos processos judiciais” (op.cit., entrevista aos autores).

Portanto, na América Latina, os governos do Brasil e Argentina, antes orientados para a criação e capitalização de empresas públicas de Comunicação, considerando a própria criação da TV Brasil – e especificamente no caso argentino, para a instituição de um novo marco legal para a mídia –, passaram a adotar, com os últimos resultados eleitorais, políticas de enfraquecimento dessas iniciativas. A partir do governo de Mauricio Macri (2015-2019), muitas das iniciativas do governo Cristina Kirchner foram desmontadas, em uma clara guinada à recuperação do domínio das grandes redes comerciais.

Vía decretos de necesidad y urgencia 13 y 267 el ejecutivo introdujo reformas estructurales al audiovisual en términos de la relajación de los límites a la concentración, menor pluralismo en la composición de la autoridad de aplicación y disolución de los organismos de consulta plurisectorial, entre otros aspectos (Loreti, De Charras y Lozano, 2016; Badenes, 2016). En dicho proceso, el gobierno argentino militarizó la Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual (AFSCA) y removió a su titular para luego reemplazarlo por el Ente Nacional de Comunicaciones (ENACOM) que absorbió también a la Autoridad Federal de Tecnologías de Información y Comunicación (AFTIC). Si bien no todas estas medidas afectaron directamente al sector sin ánimo de lucro, se desmantelaron áreas específicas que dentro de la AFSCA gestionaban las políticas de fomento que perdieron peso con la actual gestión (Iglesias, 2017, p.35).

“É importante dizer que a LSCA foi um grande gesto, foi um significativo movimento no cenário quando se conseguiu aprovar esta Lei, mas depois houve inúmeros problemas compartilhados de implementação e de judicialização. Por melhor que seja o texto, sua elaboração como documento, depois houve problemas de regulamentação e de aplicação, que também são responsabilidade do Estado”. (Zanotti, 2024, entrevista aos autores)

Iniciado o desmonte da LSCA, inúmeros pesquisadores (Iglesias, op.cit.; Monje, Rivero e Zanotti, 2017) são unânimes em afirmar que, desde o final da ditadura militar na Argentina, nenhum governo foi tão autoritário em relação aos meios de comunicação públicos quanto o de Javier Milei, iniciado em dezembro de 2023. Ainda que a LSCA tenha sido sucessivamente esvaziada em seu propósito desde o governo Macri, é no mandato de Milei que sucessivas outras ações têm sido adotadas para efetivamente soterrar os canais públicos de Comunicação.

Esta política sustenta-se em dois pilares: por um lado, a intervenção, redução ou fechamento de organismos estatais vinculados à regulação, controle e administração do sistema de meios de comunicação, como é o caso da intervenção determinada ao Ente Nacional de Comunicaciones (ENACOM), com fechamento das representações regionais, nas províncias argentinas. De outro lado, a busca de silenciamento de jornalistas mediante práticas repressivas e de perseguição, cerceando a liberdade de expressão e os direitos à informação e à comunicação.

Entre as medidas determinadas por Milei a respeito dos meios públicos, estão também a suspensão da produção nas emissoras locais e centralização na capital, cidade de Buenos Aires, o corte de recursos de financiamento e publicidade estatal, além de programas de demissão voluntária em massa dirigidos aos servidores dos canais de radiodifusão. Por meio do Decreto 117/2024, publicado no Diário Oficial no início de seu mandato, Milei ordena a

intervenção nas sociedades do Estado Educ.Ar, Telam (agência de notícias de propriedade estatal, mas com financiamento também pela assinatura da audiência e venda de conteúdos), Radio y Televisión Argentina (RTA) e Conteúdos Públicos pelo período de um ano, com possibilidade de ser ampliado (Tolcachier, 2025). “As novas autoridades têm poder para modificar a estrutura orgânica e funcional, os contratos de funcionários, bem como revisar a administração de compras e contratações” (op.cit., 2025, online).

Docente da Faculdade de Ciências da Comunicação da UNC e deputado federal eleito pela província de Córdoba, o professor Pablo Carro é também presidente da Comissão de Comunicação e Informática do Congreso de la Nación e está entre as lideranças contra as medidas implementadas pelo atual governo, de Javier Milei, para restrição de orçamento das universidades e fechamento de emissoras regionais. Carro destaca que, até 2015, a LSCA constituía-se como a principal legislação para os meios de comunicação argentinos, junto à Lei Digital Argentina.

Com o macrismo (*gobierno Macri*), essas leis começaram a mesclar-se, então a TV a cabo, que tínhamos como serviço audiovisual, passa a ser reconhecida como serviço de tecnologia de comunicação. Então deixa de ter obrigações que a LSCA determinava, como por exemplo cumprir com produção local, o mesmo acontece com a TV por satélite. Passam a ser considerados simples transmissores, e não geradores de conteúdo (Carro, 2024, entrevista aos autores).

A LSCA continua válida? Nem toda. Alguns artigos foram anulados, como os que tratavam da concentração. Um dos pontos centrais da lei era restringir a concentração dos meios de comunicação. Bem, isso hoje não está vigente. De fato, as corporações, como o grupo Clarín, continuam tendo uma participação monopólica em muitos aspectos (Zanetti, 2024, entrevista aos autores).

Zanetti destaca que a LSCA continua em vigor sob diferentes aspectos, mas que tanto a televisão pública, Canal 7, e Rádio Nacional, que atende a todo o país, estão esvaziados. Por outro lado, tanto Carro quanto Zanotti (op.cit.) destacam que a Lei necessitava de atualização, já ao final do governo Kirchner, especialmente pelas mudanças tecnológicas com o avanço da Digitalização. “Mas como a ideia de convergência digital nunca foi definida fora de uma orientação para o mercado, e as empresas de mídia são também de telecomunicações, têm links e provedores, portanto aí também havia concentração, e nunca avançou” (Zanotti, 2024, aos autores).

Rádio Nacional e Sistema de Rádio e Televisão da UNC

A Rádio Nacional e o sistema de Rádio e Televisão da Universidade Nacional de Córdoba (UNC) são veículos de Comunicação Pública tradicionais na Argentina, com mais de 60 anos de História. Em Córdoba, a Rádio Nacional possui a frequência 750 AM, com 67 anos, desde 1957, enquanto a frequência FM passou a operar somente em 2017. O Sistema de Rádio e TV (SRT) da UNC iniciou com a frequência 580 AM, para em seguida operar com o Canal 10 de televisão, a partir de 1962, e posteriormente a frequência 102 FM. Desde 2011 operam também um canal de notícias para o sistema de Televisão Digital Aberta. O complexo de redações integradas chegou a reunir 200 profissionais, e opera com uma estrutura de estúdios superior a muitas das instalações de redes comerciais.

Trata-se de um caso singular no país, dada a tradição da UNC e dos canais públicos em Córdoba. “Os SRT son únicos tanto por su trayectoria como por su magnitud y alcance. Sus periodistas y camarógrafos registraron y gestaron gran parte de la identidad cultural

cordobesa, indisociable de la vida universitaria, la pluralidad informativa y la movilización política y social”, destacam Córdoba e Zanotti (2025).

Na década de 1960, Córdoba era um polo produtivo muito importante, com um movimento operário significativo e uma riqueza de recursos, não só da atividade agrícola, mas também da indústria automobilística. Era uma das províncias economicamente mais poderosas. A universidade, que é a mais antiga do país, também era muito poderosa, e tudo isso foi construído durante aqueles anos. Mas com as mudanças que a convergência tecnológica vem trazendo, mudou muita coisa. Então, é verdade que isso precisa ser repensado (Carro, 2024, entrevista aos autores).

Um dos principais diferenciais da Rádio Nacional é a estruturação de uma rede com cerca de 50 emissoras produzindo informação local em todo o país. Se consideradas as frequências AM e FM, são pelo menos 98 emissoras atuando em toda a Argentina, sendo uma localizada na base Esperanza, na Antártida, de acordo com informações de Luis Zanetti (2024), ex-diretor da Rádio Nacional de Córdoba. Na programação havia três horários para transmissões conjuntas com noticiários de Buenos Aires, entretanto, a partir do início do governo Javier Milei toda a programação passou a ser exclusivamente da capital. Tanto Pablo Carro quanto Luis Zanetti, nas entrevistas concedidas (2024), destacam que passou a haver uma “centralidade informacional” a partir de Buenos Aires, com o objetivo de maior controle da produção e redução de custos com operações e recursos humanos, tendo em vista a privatização das estruturas públicas.

Não há mais produção interna na mídia pública. A mídia pública foi uma das mídias que mais apoiou a ficção na Argentina. Então, isso já gerou uma base de trabalho para produtores independentes que fizeram parceria com o canal para produzir. Não só deixamos isso como deixamos que (*os canais privados*) assumissem o aspecto esportivo, especialmente a transmissão da Copa do Mundo. Isso era algo que a televisão pública tinha direitos de transmitir (Zanetti, 2024, entrevista aos autores).

Carro (op.cit.) destaca ainda a forte audiência da Rádio Nacional, especialmente em áreas de fronteira na Argentina. “Há um esvaziamento completo dos meios públicos e uma desarticulação da agência de notícias Telam, que era uma empresa importante de produção de conteúdo local, que não dava prejuízo, pois cobrava pela produção, a um custo baixo para as redações do interior” (op.cit., 2024).

Eles disseram durante a campanha eleitoral que iriam fechar tudo. Então acho que por enquanto vão manter assim. Ajuda ter a possibilidade de produzir a mesma linha de discurso em Buenos Aires e distribuí-la por todo o país. Em cada rádio (local) tem um prédio, tem um imóvel, tem uma antena, tem um valor imobiliário muito grande, então descobrimos que estavam pesquisando todas as propriedades no país inteiro para ver se poderiam vendê-las. É também um negócio imobiliário, mas no nível da Comunicação, agora eles têm controle porque gerenciam Buenos Aires (Zanetti, 2024, entrevista aos autores).

Outra medida implantada pelas autoridades dos meios multimídia da UNC, como consequência da política de restrição orçamentária implementada pelo governo federal, foi um programa de demissão voluntária dos servidores dos canais públicos. No Canal 10 de televisão, até junho de 2024, de acordo com informações do diretor Miguel Planells (2024), eram 200 funcionários empregados em todos os setores de rádio, televisão e portal de notícias na internet. Em dezembro, a equipe estava reduzida a 40 funcionários estáveis. A diminuição do orçamento das universidades públicas, com a posterior suspensão de publicidade e orçamento nos canais

de radiodifusão, também impactou na manutenção desses veículos, que passam a buscar alternativas de produção e financiamento. “Estamos avaliando compartilhamento de programação, e tentando fortalecer a identidade cordobesa com o público universitário. Como negócio, trabalhamos outras vias de conteúdo, para empresas e instituições, para funcionar como uma produtora que precisa vender”, explica o diretor do Canal 10, Miguel Planells (2024, entrevista aos autores).

O financiamento dos canais públicos foi reduzido à metade, tanto no orçamento direto, das universidades, por exemplo, quanto à porcentagem dos impostos anteriormente em vigor, divididos em manutenção da mídia pública, comunitária, institutos de teatro, de cinema e de música.

Se não há produção própria e as instituições de desenvolvimento não têm recursos, o que temos é uma queda brutal na atividade geral. Então hoje todo o setor, seja jornalístico ou cultural em geral, está em uma situação econômica muito crítica, com um governo que também vem detonar todos esses institutos, não só desfinanciando-os, mas se puder eliminá-los, vai eliminá-los, em alguns casos está um pouco preso porque precisa modificar leis e não tem condições de fazer isso hoje. Mas desfinancia, transfere orçamentos a longo prazo, faz aposentadorias voluntárias, reduz as plantas, essa é a situação (Carro, 2024, entrevista aos autores).

O Instituto Nacional de Cinema e Artes Visuais (INCA) é uma das instituições sobre a qual pesquisadores e movimentos de defesa da democratização da Comunicação vêm alertando. Desde 2024, foram interrompidas as produções e suspenso o financiamento, sendo este considerado um dos principais polos de produção da ficção audiovisual argentina.

Entretanto, a credibilidade do presidente argentino sofreu também um revés recente, com investigação iniciada em abril deste ano no Congreso de la Nación, sobre a promoção de criptomoedas, feita pelo próprio presidente na rede social X. O Chefe de Gabinete, Guillermo Francos, teve de dar explicações aos deputados, neste que é o maior escândalo enfrentado até agora pelo governo Milei.

Considerações finais

A cruzada do presidente argentino, Javier Milei, contra as instituições públicas, especialmente direcionadas a minar as perspectivas de canais públicos de radiodifusão, são outros traços, além das políticas, que se assemelham às ideologias já implementadas por Jair Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos. Os ataques, críticas e a redução do financiamento das universidades, junto às tentativas de reduzir a credibilidade de jornalistas e dos setores da cultura e da ciência fazem parte deste perfil. Trata-se, portanto, de um fenômeno global, que indica uma tendência até mesmo do público eleitor, visível nas últimas eleições brasileiras. Nas áreas onde o pensamento crítico e autônomo é produzido, aí estão as medidas instituídas como política de Estado, para o desfinanciamento, esvaziamento e posterior privatização ou desmonte dos canais públicos.

É de ampla consciência, tanto para pesquisadores quanto para lideranças políticas do campo progressista, que há uma necessidade de revisão, modernização e transparência cada vez maiores nos meios públicos, especialmente nos canais de comunicação, haja vista a tradição da América Latina em prioridade pela propriedade privada na mídia. Modificar esta cultura e trabalhar pela valorização e consolidação de um aparato público de mídia, a exemplo do que se verifica em muitos países europeus, de largo pioneirismo no surgimento das tecnologias de Comunicação, especialmente o rádio, cinema e televisão, requer compromisso político e árdua resistência entre pesquisadores e cientistas, a partir do fortalecimento das universidades.

No caso brasileiro, após as tentativas de desmantelamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e dos sistemas de controle público, tais como o próprio Conselho Curador da EBC, nos governos Temer e Bolsonaro, a atual gestão no governo federal trabalha para ampliar a audiência da TV Brasil, por meio também da estruturação de uma Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP). Esta iniciativa guarda semelhanças com a proposta da LSCA argentina, visto que se baseia, essencialmente, em concessões de canais de rádio e televisão aberta para a operação das universidades públicas. Como, no caso brasileiro, a TV aberta digital hoje possui o maior público espectador do país, trata-se de uma disputa estratégica, envolvendo também a migração para o novo modelo de televisão interativa 3.0. Na Argentina, a predominância da TV a cabo historicamente consolidada, agrega um desafio ainda maior, dado o protagonismo dos grandes conglomerados privados, até mesmo transnacionais, na operação deste sistema de comunicação.

Os movimentos políticos, altamente instáveis no atual contexto, sobretudo na América Latina, alternando gestões progressistas e de extrema direita, acrescentam um ambiente bastante imprevisível, que atinge, de forma direta, também a manutenção, fortalecimento e preservação do pensamento crítico nas universidades. Como já observou, entretanto, Brittos (2004), “em fases de profunda transição tecnológica, movimentos não-hegemônicos podem habilitar-se a ocupar novos espaços junto à sociedade” (p.39). A diversificação, fragmentação e transformação propiciadas pela Digitalização são também impactos a serem observados para pensarmos alternativas e desvios a um caminho, neste momento, desfavorável à defesa do interesse público e cultural nos meios de comunicação.

Referências bibliográficas

BECERRA, Martín, MASTRINI, Guillermo. Transformações no sistema de meios de comunicação na Argentina no século XXI. **Plataforma Democrática**. Working Paper nº 21, julho de 2011. Disponível na internet em: https://fundacaoofhc.org.br/arquivos/Plataforma_Democratica_Working_Paper_21_Portugues.pdf Acesso em: 28 abr. 2024.

BLUMLER, Jay G. **Televisión e intereses public**. Barcelona: Bosch, 1992.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

BRITTOS, Valério Cruz. Televisão e barreiras: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César e BRITTOS, Valério (Org.). **Comunicação, informação e cultura**: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: EDUFBA, 2004, p.15-42.

CARRO, Pablo. **Entrevista presencial** à autoria do artigo. Congreso de la Nación Argentina. Buenos Aires, Argentina. Dezembro de 2024.

CÓRDOBA, M.L.; ZANOTTI, J.M. Vaciamiento de los medios públicos en Córdoba. **Página 12**. Disponível na internet em: <https://www.pagina12.com.ar/752505-vaciamiento-de-los-medios-publicos-en-cordoba> Acesso em 08 ago. 2025.

ESPADA, A. (2016). Mídia pública e Kirchnerismo. Rádio Nacional, aumentos orçamentários e pluralidade de vozes. **Divulgatio. Perfis Acadêmicos de Pós-Graduação**, 1 (01), 98–115. <https://doi.org/10.48160/25913530di01.6>

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

IGLESIAS, Martín. (2017) "Tensiones frente a la sostenibilidad en la Argentina de Cambiemos: el caso de las emisoras comunitarias urbanas del Área Metropolitana de Buenos Aires", en **RevCom**, 3, nº5. Pp. 34-47. Disponible en: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/67863> Acesso em: 27 abr. 2025.

MATTOS, Sergio. **História da televisão brasileira**. Uma visão econômica, social e política. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MEIROVICH, Valeria, MORALES, Susana y DOYLE, Magdalena. (01/2022). Condiciones y trayectorias de los servicios de comunicación audiovisual sin fines de lucro en Argentina. Un mapa de Córdoba. **Revista EPTIC - Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**. Vol. 24(1), pp. 60-76, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/197654> Acesso em: 29 abr. 2025.

MONJE, Daniela, RIVERO, Ezequiel, ZANOTTI, Juan Martín. Contrarreforma en la TV Pública de Argentina: Cambios regulatorios, institucionalidad afectada y pérdida de centralidad. **Revista EPTIC - Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**. Vol. 19, nº2, mayo-agosto, p.155-179, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/7225> Acesso em: 27 abr. 2025.

PLANELLS, Miguel. **Entrevista presencial** aos autores. Sistema de Rádio e Televisão da Universidade Nacional de Córdoba (SRT). Córdoba, Argentina. Dezembro de 2024.

TOLCACHIER, Javier. Javier Milei e políticas de comunicação: a liberdade não era de expressão. **Portal Barão de Itararé**. Disponível na internet em: <https://baraodeitarare.org.br/2024/02/15/javier-milei-e-politicas-de-comunicacao-a-liberdade-nao-era-de-a-expressao> Acesso em: 26 abr. 2025.

ZANETTI, Luis. **Entrevista presencial** aos autores. Círculo Sindical de la Prensa y la Comunicación de Córdoba. Córdoba, Argentina. Dezembro de 2024.

ZANOTTI, Juan Martin. **Entrevista presencial** aos autores. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Córdoba. Córdoba, Argentina. Dezembro de 2024.

Agradecimentos e fontes de financiamento

Este artigo e a pesquisa relacionada foram desenvolvidos com recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), via Programa de Educação Tutorial (PET), ambos mantidos pelo Ministério da Educação (MEC).